

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0001410-54.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **FERNANDO NAZARÉ DA SILVA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

**FERNANDO NAZARÉ DA SILVA** e **BRUNO JHONNATAN APARECIDO DE SOUZA**, qualificados nos autos, foram denunciados como incurso nos artigos 288, parágrafo único, e 157, §2º, incisos I, II, e V, ambos do Código Penal, em concurso material de delitos (artigo 69 do Código Penal), porque de data incerta até o dia 21 de janeiro de 2017, previamente ajustados e em unidade de desígnios com *Patrick César Marques Cardillo* (já falecido), associaram-se para o fim específico de cometer crimes, mediante a utilização de armas de fogo, às margens da Rodovia Washington Luiz, nessa cidade de São Carlos/SP e na cidade vizinha de Araraquara/SP.

Consoante denúncia, no dia 09 de janeiro de 2017, por volta de 23h, no interior do Posto Castelo, situado às margens da Rodovia Washington Luiz, nesta cidade e comarca, os acusados previamente ajustados e em unidade de desígnios com *Patrick César Marques Cardillo* (já falecido), subtraíram, para proveito comum, mediante restrição de liberdade e grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo contra a vítima *RSF*, o caminhão Scania T112, placas BWM 4777 – Santa Adélia/SP, de propriedade da vítima, que continha em seu interior 22 (vinte e duas) unidades de açúcar em "big bag", pesando o total de 26.518,40 Kg (vinte e seis mil, quinhentos e dezoito quilogramas e quarenta gramas), carga avaliada em R\$ 50.505,66 (cinquenta mil quinhentos e cinco reais e sessenta e seis centavos), pertencente à transportadora *Transvalle*, bem como a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) pertencente à vítima *RSF*.

Apurou-se que os denunciados e o comparsa falecido associaram-se de forma permanente e estável para a prática de roubo de cargas de açúcar transportadas por caminhões que trafegam pela Rodovia Washington Luiz, utilizando-se, para tanto, do mesmo modo de execução, mediante restrição de liberdade das vítimas, uso de outro caminhão pertencente ao acusado **Fernando** e utilização de arma de fogo.

Iniciadas as investigações, a Polícia Civil acabou descobrindo que os denunciados também estariam envolvidos na prática de crime idêntico ao tratado nestes autos, ocorrido na cidade vizinha de Araraquara/SP, no dia 21 de janeiro de 2017, ocasião em que eles executaram outro assalto a caminhão com carga de açúcar, quando a vítima reagiu e o comparsa *Patrick* acabou sendo atingido por um disparo fatal feito por um dos denunciados.

A vítima *RSF* do fato ocorrido em 09 de janeiro de 2017, nessa comarca, compareceu à delegacia e reconheceu os denunciados.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A denúncia, fundada no inquérito policial, foi recebida em 23 de fevereiro de 2017 (fls. 252).

Regularmente citados (fls. 288 e 290), sobreveio em favor dos acusados resposta à acusação (fls. 291/294/303), operando-se em seguida o saneamento do feito (fls. 308).

Em instrução foram colhidas as declarações da vítima, de três testemunhas de acusação e duas de defesa, sendo posteriormente interrogados os acusados.

Em alegações finais, o ilustre Representante do Ministério Público, à vista da prova produzida, requereu a condenação dos acusados, nos termos da denúncia, fixando-se a pena-base acima do mínimo legal, o aumento da pena em razão das majorantes do roubo, a somatória das penas pelo concurso material, e a fixação de regime inicial fechado.

Já a ilustre Defesa do corréu Fernando, dizendo insuficiente a prova produzida, requereu a absolvição do acusado, alternativamente o reconhecimento de que houve o delito de estelionato e o concurso formal dos crimes.

Por fim, a ilustre Defesa do corréu Bruno, dizendo insuficiente a prova produzida, requereu a absolvição do acusado.

Em síntese, o **RELATÓRIO**.

**DECIDO.**

Atribui-se aos acusados a prática dos delitos previstos nos artigos 288, parágrafo único, e 157, §2º, incisos I, II, e V, ambos do Código Penal, em concurso material de delitos (artigo 69 do Código Penal), assim porque, até o dia 21 de janeiro de 2017, previamente ajustados e em unidade de desígnios com *Patrick César Marques Cardillo* (já falecido), associaram-se para o fim específico de cometer crimes, mediante a utilização de armas de fogo, às margens da Rodovia Washington Luiz, nessa cidade de São Carlos/SP e na cidade vizinha de Araraquara/SP, além de terem subtraído, para proveito comum, mediante restrição de liberdade e grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo contra a vítima *RSF*, o caminhão Scania T112, placas BWM 4777 – Santa Adélia/SP, de propriedade da vítima, que continha em seu interior 22 (vinte e duas) unidades de açúcar em "big bag", pesando o total de 26.518,40 Kg (vinte e seis mil, quinhentos e dezoito quilogramas e quarenta gramas), carga avaliada em R\$ 50.505,66 (cinquenta mil quinhentos e cinco reais e sessenta e seis centavos), pertencente à transportadora *Transvalle*, bem como a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) pertencente à vítima *RSF*.

Induvidosa a materialidade do roubo, à vista dos boletins de ocorrência de fls. 37/39 e 123/125, bem como pelo auto de entrega do caminhão de fls. 232.

A autoria irrogada aos acusados também foi suficientemente evidenciada.

Ouvido na fase policial, o corréu Fernando declarou que foi procurado por Patrick para fazer o transbordo de uma carga roubada de açúcar, pelo valor de R\$ 1.500,00, descrevendo toda a ação no seu interrogatório extrajudicial (fls. 216/216). Já em juízo, negou as acusações, afirmando que teria sido contrato apenas para fazer o frete de uma carga de açúcar em um golpe contra seguradora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Enquanto que o corréu Bruno, nas duas oportunidades em que foi ouvido, negou as imputações.

Todavia, a negativa dos acusados ficou isolada no conjunto probatório.

A vítima do roubo *RSF* apresentou depoimento claro e minudente, descrevendo com precisão a ação dos acusados, informando que foi abordado, por volta de 23h, por dois indivíduos armados e usando máscaras, e que posteriormente veio a saber que eles eram o acusado Bruno e o comparsa Patrick. Nesse momento, o acusado Fernando ficou em um caminhão atrás do seu.

A vítima foi mantida no interior de seu caminhão, com as mãos amarradas, na companhia de Patrick que a manteve sob ameaça de arma de fogo, sendo o caminhão roubado conduzido por Fernando, enquanto Bruno assumiu a direção do caminhão dos assaltantes.

Nesse contexto em que se deu a abordagem da vítima, não é crível que o acusado Fernando acreditasse que participaria tão somente de um crime de estelionato, especialmente considerando que a testemunha Daniel, vítima de outro roubo praticado dias depois, declarou em juízo que reconheceu Fernando como um dos roubadores do seu caminhão, o que denota que esse corréu tinha a intenção de praticar sim o delito de roubo e o fez mais de uma vez.

Na sequência, o grupo conduziu a vítima até um lugar na estrada São Carlos – Ribeirão Preto, sentido Ribeirão Preto, onde era o cativeiro. Lá ela era vigiada ora por Patrick, ora por Bruno, enquanto Fernando fazia contatos com possíveis compradores da carga. Como a carga estava embalada em "big bags", era necessário um caminhão "munk" para descarregar, providência que também ficou a cargo de Fernando.

Importante ressaltar que os acusados foram surpreendidos com a forma de embalo da carga, em "big bags", pois não possuíam o instrumento necessário para fazer o transbordo da carga, por essa razão, a vítima foi mantida em privação de liberdade por aproximadamente 6 (seis) horas.

Já perto das 5h da manhã a vítima foi levada a outro lugar, no caminho da cidade de Araraquara. Nesse momento, Fernando dirigia o caminhão roubando sozinho, a vítima e os demais envolvidos seguiam no outro caminhão pertencente aos roubadores.

A vítima ficou sob a vigilância de Bruno e Patrick, em uma estrada de terra, enquanto Fernando resolvia como descarregar a carga, optando por desengatar a carreta em outro local. Logo após, o grupo liberou a vítima, próximo à descida do Chibarro, encontrado seu caminhão trator e seu celular no local onde os roubadores indicaram.

Segundo o relato, é certo que a vítima ficou em poder dos acusado desde às 23h até às 5h do dia seguinte, constantemente sob a ameaça de arma. Nesse tempo, conversou com os agentes que se identificavam pelos nomes Fernando, Patrick e Bruno.

Durante a longa ação do grupo, os agentes tiraram as máscaras, o que permitiu a segura identificação dos roubadores na fase policial.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Por fim, a vítima logrou êxito em memorizar a placa do caminhão utilizado pelos acusados, demonstrando a investigação que ele foi alugado pelo corréu Fernando (fls. 143/145).

Em delitos desta natureza, praticado normalmente na clandestinidade, a palavra da vítima assume especial relevo, não havendo razão que pudesse, no caso, desconsidera-la, notadamente quando procedeu à identificação dos acusados na delegacia de polícia, ainda que não se tenha observado as disposições legais acerca de um reconhecimento formal.

Como já assentado alhures: *"em sede de crimes patrimoniais, especialmente aqueles cometidos na clandestinidade, presentes apenas os agentes ativo e passivo da infração, o entendimento que segue prevalecendo, sem qualquer razão para retificações, é no sentido de que, na identificação do autor, a palavra da vítima é de fundamental importância"* (JUTACRIM 91/407, Rel. Juiz Canguçu de Almeida). E ainda: *"a palavra da vítima que se encontrava só quando foi assaltada somente pode ser desprezada se há provas ou indícios nos autos de que ela não falou a verdade quando deu notícia do crime à autoridade policial competente ou quando apontou determinada pessoa como sendo autora da subtração, sendo certo que a ausência de tais indícios, procurados no confronto das declarações prestadas pelo ofendido com as demais provas produzidas, determina que se acolha seu depoimento em detrimento às negativas do réu, pois este tem motivos para mentir em juízo ou na fase do inquérito policial, uma vez que a mentira é a única arma que possui um roubador para impedir que uma condenação lhe seja imposta..."* (RJTACRIM 41/243, Rel. Almeida Braga). E, por fim: *"não há desmerecer o valor da palavra da vítima; ao revés, sua condição de protagonista do evento delituoso é a que a credencia, sobre todos, a discorrer das circunstâncias dele"* (TACRIM, Ap. nº 1.047.937/5, Rel. Juiz Carlos Biasotti).

Não bastasse a palavra da vítima, sua versão foi corroborada pelo depoimento dos investigadores, bem como pelo do Delegado de Polícia, todos ouvidos em juízo e dando conta que a vítima reconheceu com certeza os acusados.

Deste modo, os elementos probatórios colhidos permitem seguro juízo de convicção sobre a autoria atribuída aos acusados, como também sobre as majorantes articuladas na denúncia, o concurso de agentes, o emprego de arma de fogo, e a restrição de liberdade, que foram igualmente confirmadas pelo plexo probatório.

Por fim, tem-se por consumado o delito de roubo, pois os acusados tiveram até mesmo a posse tranquila e desvigiada da carga roubada, que sequer foi encontrada, operando-se de forma inquestionável a consumação do delito.

Já quando ao crime de associação, apurou-se por meio da investigação policial que no dia 21/01/2017 houve outro roubo, no qual os agentes agiram de modo semelhante, rendendo motorista de outro caminhão, aqui ouvido aqui como testemunha.

Nessa ocasião, participaram da ação, com certeza, o acusado Fernando, reconhecido pela vítima do segundo roubo, bem como o comparsa Patrick, que faleceu durante a ação. Todavia, não há elemento seguro de prova que indique que os acusados Bruno e Fernando, juntamente com o comparsa Patrick, estivessem associados, de forma estável e permanente, para a prática de delitos contra o patrimônio, isso porque não evidenciado vínculo subjetivo nesse sentido.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É preciso distinguir a coparticipação criminosa, que é ocasional e transitória, da associação estável e duradoura, com o fim de praticar crimes. A reunião de duas ou mais pessoas para a execução de um ou mais crimes não configura o vínculo associativo permanente, quando ausente a predisposição comum para a prática contínua de diversos crimes.

No caso, ficou comprovado que Fernando e Patrick estavam envolvidos nos dois roubos, agindo com semelhante *mudus operandi*, o que não determina estivessem associados de forma permanente.

No que concerne ao corréu Bruno, sequer há comprovação de que ele estivesse envolvido no segundo crime.

Dessa forma, ausente elemento probatório para a condenação por associação criminosa.

Isto considerado, passo à dosagem da pena.

Quanto ao acusado Fernando Nazaré da Silva, à vista das circunstâncias previstas no artigo 59 do Código Penal, evidencia-se uma maior reprovabilidade da ação, que causou prejuízo de grande monta com a subtração de carga avaliada em R\$ 50.505,66, devida a fixação da pena-base acima do mínimo legal, em 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multa.

Ausente circunstâncias agravantes e atenuante na segunda fase da dosimetria.

Na terceira fase, diante do reconhecimento das causas de aumento previstas no artigo 157, §2º, I, II, V, exaspera-se a pena em 2/5, para ao final fixar a pena definitiva em 7 (sete) anos de reclusão e pagamento de 16 dias-multa, em valor unitário mínimo.

Quanto ao acusado Bruno Jhonnatan Aparecido de Souza, à vista das circunstâncias previstas no artigo 59 do Código Penal, evidencia-se uma maior reprovabilidade da ação, que causou prejuízo de grande monta com a subtração de carga avaliada em R\$ 50.505,66, devida a fixação da pena-base acima do mínimo legal, em 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multa.

Presente a circunstância atenuante da menor idade (fls. 163), possível a diminuição da pena em 1/6, perfazendo 4 anos, 2 (dois) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa.

Na terceira fase, diante do reconhecimento das causas de aumento previstas no artigo 157, §2º, I, II, V, exaspera-se a pena em 2/5, para ao final fixar a pena definitiva em 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 14 (quatorze) dias-multa, em valor unitário mínimo.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** a ação penal para **CONDENAR Fernando Nazaré da Silva**, como incurso no artigo 157, §2º, I, II, V, do Código Penal, à pena de 7 (sete) anos de reclusão e pagamento de 16 dias-multa, em valor unitário mínimo, e **CONDENAR Bruno Jhonnatan Aparecido de Souza**, também como incurso no artigo 157, §2º, I, II, V, do Código Penal, à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 14 (quatorze) dias-multa. Ainda, **ABSOLVO Fernando Nazaré da Silva e Bruno Jhonnatan Aparecido de Souza** da imputação do artigo 288, parágrafo único, do Código Penal.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

À vista da gravidade concreta do crime, ante a maior reprovabilidade da conduta, sopesada na primeira fase da dosimetria, fixo o **regime fechado** para cumprimento da pena, não se facultando aos acusados a interposição de recurso em liberdade.

Recomendando-se os acusados na prisão onde se encontram.

Oportunamente, promova-se o registro da condenação definitiva dos acusados no sistema informatizado da serventia, comunicando-se o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (I.I.R.G.D.).

Custas na forma da lei.

**P.R.I.C.**

São Carlos, 20 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**